

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA**

**A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS DO MICROCRÉDITO PARA  
FINANCIAMENTO E O EMPREENDEDORISMO NA MICROEMPRESA**

**TALITA SEVERIANA DE FARIA MATEUS**

**Belo Horizonte  
2012**

**TALITA SEVERIANA DE FARIA MATEUS**

**A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS DO MICROCRÉDITO PARA  
FINANCIAMENTO E O EMPREENDEDORISMO NA MICROEMPRESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Estratégica (Pós-Graduação Lato Sensu) do CEPEAD/CAD/FACE da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Especialista em Gestão Estratégica em Finanças.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a banca examinadora em 29 de Agosto de 2012.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vidal Barbosa

**Belo Horizonte  
2012**



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Faculdade de Ciências Econômicas**  
**Departamento de Ciências Administrativas**  
**Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração**  
**Curso de Especialização e Gestão Estratégica**

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO do(a) Senhor(a) **TALITA SEVERIANA DE FARIA MATEUS**, REGISTRO N° 2011675272. No dia 29/08/2012, às 18:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, indicada pela Coordenação do Curso de Especialização e Gestão Estratégica - CEGE, para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **"A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS DO MICROCRÉDITO PARA FINANCIAMENTOS E O EMPREENDEDORISMO NA MICROEMPRESA"**, requisito para a obtenção do **Título de Especialista**. Abrindo a sessão, a orientador(a) e Presidente da Comissão, Professor(a) Francisco Vidal Barbosa, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares de apresentação do TCC, passou a palavra ao aluno(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, seguido das respostas do(a) aluno(a). Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para avaliação do TCC, que foi considerado:

APROVADO

( ) APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (PRAZO MÁXIMO de 60 SESSENTA DIAS)

( ) NÃO APROVADO

O resultado final foi comunicado publicamente ao(a) aluno(a) pelo orientador e Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 29/08/2012.

Prof. Francisco Vidal Barbosa  
(Orientador)

Prof. Robert Aldo Iquiapaza Coaguila

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, começo de tudo, amor maior

À Universidade Federal de Minas Gerais que possibilitou a realização deste curso.

Aos membros da Banca Examinadora,

À coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, em especial ao **Prof. Dr. Francisco Vidal Barbosa**, pelas orientações e conhecimentos transmitidos.

À direção e ao corpo técnico administrativo pela presteza e colaboração.

Aos colegas de estudo pela convivência diária e fortalecida amizade.

*Aos meus queridos familiares  
especialmente meus pais, alicerce, porto  
seguro. Pela fibra, coragem e amor que  
sempre me proporcionaram, pelas  
palavras de incentivo quando nada  
parecia dar certo.*

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABCRED	-	Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Gestoras
BNDES	-	Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CCS	-	Conselho da Comunidade Solidária
CEAPE	-	Centros de Apoio ao Pequeno Empreendedor
CEF	-	Caixa Econômica Federal
FAT	-	Fundo de Amparo ao Trabalhador
ICCs	-	Instituições Comunitárias de Crédito
IMFs	-	Instituições de Microfinanças
IN/INSS	-	Instrução Normativa do Instituto Nacional de Seguridade Social
MC	-	Microcrédito
MIN	-	Ministério de Integração Nacional
ONGs	-	Organizações não-governamentais
OSCIPs	-	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PROGER	-	Programa de Geração de Emprego e Renda
SCM	-	Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio aos Empresários
SICCOOB	-	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
MTE	-	Ministério de Trabalho e Emprego

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo organizacional do Sicoob.....	28
---	----

## RESUMO

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentar considerações sobre o empréstimo na modalidade de microcrédito e sua importância para o empreendedorismo na microempresa. Foi feita uma abordagem do microcrédito, apresentando a origem dessa linha de crédito no Brasil, bem como os aspectos que envolvem essa modalidade de empréstimo e as principais instituições credenciadas. O estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, utilizando a literatura pertinente ao tema escolhido e estudo do caso do Banco do Nordeste, com ênfase ao Programa Crediamigo, o maior programa de crédito produtivo popular no Brasil.

**Palavras chave:** Empréstimo. Microcrédito. Empreendedorismo. Crediamigo.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 Contextualização.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Problematização.....</b>	<b>12</b>
<b>1.3 Objetivos: Gerais e Específicos.....</b>	<b>12</b>
1.3.1 Objetivo geral .....	12
1.3.2 Objetivos específicos.....	12
<b>1.4 Relevância/Justificativa.....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Conceito de Microcrédito .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 O microcrédito no Brasil.....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 Microfinanças .....</b>	<b>18</b>
2.3.1 Empreendedorismo e informalidade.....	19
<b>2.4 Principais características do microcrédito .....</b>	<b>21</b>
2.4.1 Ausência de garantias reais .....	21
2.4.2 Condições de Crédito .....	22
2.4.3 Aspectos Legais .....	22
2.4.4 A destinação dos recursos do microcrédito.....	24
<b>2.5 Instituições que operam com o microcrédito/consignação no Brasil.....</b>	<b>25</b>
2.5.1 O Programa SEBRAE de Microcrédito .....	25
2.5.2 A Caixa Econômica Federal .....	26
2.5.3 O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) .....	27
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>30</b>
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>32</b>
<b>4.1 CREDIAMIGO: Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste .....</b>	<b>33</b>
<b>4.2 Objetivos sociais e de sustentabilidade.....</b>	<b>35</b>
<b>5. CONCLUSÕES .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>42</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A expansão da oferta de serviços financeiros para os pequenos e médios negócios é uma questão complexa na discussão de instituições de fomento, governo, sociedade civil e sistema financeiro nacional, já que é notória e crescente a quantidade de pessoas que pretendem montar seus próprios negócios, motivados pela estabilidade econômica do país nas últimas décadas.

Essa transformação criou uma grande procura por mecanismos de oferta de crédito mais popular além das instituições tradicionais financeiras, tais como o microcrédito. O microcrédito tem sido um fator que contribui para o desenvolvimento econômico-social de toda a nação. Um dos maiores desafios do governo e da sociedade brasileira é estabelecer políticas que promovam o desenvolvimento econômico e social, com o objetivo de gerar emprego e renda para as populações mais pobres.

Apesar de no Brasil tal prática ainda ser recente, já existem várias organizações não governamentais operando no mercado financeiro como as ONGs, OCIPs, SCM e instituições equivalentes cujo objetivo em destaque é a concessão de créditos a pessoas físicas (ou pessoas jurídicas classificadas como microempresas), e cuja prioridade é tornar acessível o crédito, operando a taxas baixas, devido à existência de estruturas de funcionamento mais simples e do baixo índice de inadimplência da clientela.

O microcrédito surgiu com objetivos e caráter sócio-econômicos claros e definidos e para torná-lo real no Brasil, as operadoras contam com um mínimo de organização, coordenação e cooperação. Além disso, orienta todo o seu esforço em direção ao cliente respondendo e atendendo as suas necessidades de maneira adequada, tanto na operação financeira (crédito concedido) quanto o assessoramento (acompanhamento pós-crédito – diagnósticos, consultorias, treinamentos e etc), até

a sua liquidação, sempre respeitando todas as condições compreendidas da operação de crédito concedida junto à operadora de microcrédito.

Os maiores distribuidores que oferecem esse tipo de serviço financeiro são as Instituições de Microfinanças (IMFs), que vão até os clientes e cedem crédito utilizando-se de uma metodologia diferente dos bancos tradicionais, já que os credores não dispõem das mesmas referências e condições financeiras da população bancarizada. Essas instituições entendem as necessidades e condições de cada possível beneficiário, analisando redes sociais e privilegiando grupos e comunidades para concessão dos empréstimos.

O microcrédito surgiu da necessidade de criar alternativas de créditos para aqueles que não têm acesso ao banco tradicional, onde a exigência maior é o cliente apresentar alguma garantia ou bem para receber o crédito.

Para Yunus (1999), que fundou o Banco Grameen, e é o maior pioneiro do microcrédito, o direito a crédito financeiro deveria ser um direito universal, pois ele tem um aspecto social imenso. Um dos objetivos é verificar e analisar os dados colhidos nos levantamentos sócio-econômico dos clientes e partir daí obter as características dos tomadores do empréstimo consignado na modalidade de microcrédito.

Um aspecto que não pode ser ignorado é o fato de que o crédito consignado tem uma margem de risco menor do que qualquer outra modalidade de empréstimo e dentre as alternativas de crédito disponíveis, o consignado é uma das mais baratas e convenientes, pois é fácil de contratar.

Entretanto, as informações sobre o valor do empréstimo, juros contratados e saldo da dívida são importantes para que o consumidor possa aferir desde o primeiro desconto, a correta execução daquilo que foi avençado, como também ter o controle

da capacidade de comprometimento do restante de sua renda, tanto em relação aos valores quanto ao tempo de pagamento da dívida.

### **1.1 Contextualização**

As transformações no mercado de trabalho ao longo dos anos 90, com o deslocamento de crescentes contingentes de mão-de-obra para o setor informal, têm realçado a importância do desenvolvimento institucional do microcrédito.

Conhecer as características do microcrédito permite identificar o impacto social resultante, possibilitando ainda melhor compreensão dos benefícios proporcionados pelo crédito no desenvolvimento e fortalecimento da capacidade produtiva dos microempreendimentos por eles financiados.

O aumento das operações de microcrédito no Brasil caracteriza-se pela diversidade de modelos e arranjos institucionais, que vão desde a ação e a prática das ONGs, OSCIPs, SCM, Cooperativas de Crédito, Bancos do Povo, Banco do Nordeste, entre outros programas específicos oferecidos por bancos oficiais, até programas integralmente operados por governos estaduais e/ou municipais ou instituições compostas por parcerias entre governos e entidades da sociedade civil.

O público-alvo visado são as pessoas físicas ou jurídicas, formais e informais, excluídas do acesso ao crédito pelo sistema financeiro tradicional, ou que, devido a sua situação socioeconômica, apresenta dificuldades no momento de acesso às linhas de financiamento existentes.

E também que é importante que haja um bom entendimento de microfinanças, e mais especificamente de microcrédito, e que se compreenda a inserção dessas ferramentas no sistema financeiro como um todo e que se reconheça o seu papel enquanto instrumento importante para o desenvolvimento econômico e social.

## **1.2 Problematização**

A presente pesquisa desenvolverá um estudo cujo foco será responder a seguinte pergunta: quais os aspectos que envolvem o microcrédito voltado para o empreendedorismo na pequena empresa?

## **1.3 Objetivos: Gerais e Específicos**

### **1.3.1 Objetivo geral**

- Abordar a importância do microcrédito como aporte para o empreendedorismo na microempresa.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

- Apresentar aspectos históricos do microcrédito
- Enumerar os principais agentes financeiros provedores do microcrédito
- Descrever a relevância social e econômica do microcrédito

## **1.4 Relevância/Justificativa**

Tendo em vista que atualmente o microcrédito vem se destacando como oportunidade para os pequenos empresários adquirirem suporte financeiro sem muitas exigências, a uma taxa mais baixa no mercado tornando-se assim um grande atrativo se comparadas com as modalidades tradicionais de crédito ofertadas no mercado.

Pretende-se ainda com a pesquisa mostrar indicadores de melhoria no desenvolvimento das microempresas e os reflexos desta modalidade de empréstimo no crescimento e desenvolvimento do país, considerado como uma alternativa de crédito fácil e rápido para uma parcela considerável de microempreendedores, tanto pela facilidade na contratação quanto pelas taxas de juros menores em comparação

com as modalidades tradicionais de crédito ofertadas no mercado, tornando essa modalidade de empréstimo um grande atrativo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Conceito de Microcrédito

De acordo com Yunus e Jolis (2003), o termo microcrédito não existia até a década de 1970, e no parecer deste, o microcrédito - MC é dirigido às populações carentes, caracterizadas pela total falta de acesso a crédito. Assim, pode-se dizer que o microcrédito se caracteriza como uma política de combate à pobreza, e não exatamente como uma política de financiamento.

No entender de Yunus e Jolis (2003, p. 85), a palavra “microcrédito”:

...a palavra tem sido usada para significar qualquer coisa para qualquer pessoa (...) (...) vem criando muitos mal-entendidos e confusões na discussão sobre microcrédito (...) Eu proponho que se dêem títulos distintos para os diversos tipos de microcrédito (...)."

Iniciaram a concessão de pequenos empréstimos, em 1976, em Bangladesh, inicialmente com recursos próprios, para famílias carentes de produtores rurais, focando principalmente as mulheres. (YUNUS e JOLIS, 2003).

O microcrédito é um conceito que vem se expandindo rapidamente em economias do terceiro mundo, apresentando-se como alternativa para aliviar os graves problemas impostos pela situação de subdesenvolvimento existente nesses países. (RIBEIRO, 2002).

De alguma forma, os defensores deste instrumento o colocam como um importante mecanismo para o estímulo ao desenvolvimento econômico, além de ser um programa de estímulo ao auto-emprego e de diminuição da pobreza (RIBEIRO, 2002).

O microcrédito representa contribuição econômica relevante para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos, tendo em vista que quanto menor for um empreendimento maior será a contribuição da injeção de capital em sua produtividade marginal. (LUCAS, 1988).

Nesse aspecto pode-se considerar também que o microcrédito é o empréstimo de pequeno valor, feito de forma simples e para qualquer utilidade. É o termo usado para designar uma variedade de empréstimos cujas características principais estão no fato de serem de pequeno valor e serem direcionados a um público restrito, definido por sua baixa renda ou pelo seu ramo de negócios, que normalmente não têm acesso às formas convencionais de crédito. (BRASIL, 2004)

Este último conceito de crédito citado proporcionou, com grande sucesso, o desenvolvimento de projetos de pequenas empresas e “auto-emprego”, o que oportunizou as pessoas que tiveram acesso ao crédito, a chance de criar renda, melhorar sua condição de vida e ter a opção de sair da condição de pobreza.(BRASIL, 2004).

Os empreendedores são responsáveis por mudanças econômicas, desenvolvendo novos mercados, fortalecendo a livre-iniciativa, absorvendo força de trabalho e investindo em regiões periféricas (SCHUMPETER, 1961).

Segundo Nichter (2002), microcrédito é a “concessão de empréstimos de relativamente pequeno valor, para atividade produtiva, no contexto das microfinanças”. Para Barone (2002), “microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso formal ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais”. “É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica”.

A experiência mais conhecida internacionalmente de microcrédito foi desenvolvida pelo professor de economia Muhammad Yunus em Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo no ano de 1976, quando constatou que muitos não tinham acesso ao crédito. (SCHAPPO, 2005)

## 2.2 O microcrédito no Brasil

No Brasil, a partir da década de 90, iniciou-se “a dar mais importância aos programas de popularização do crédito, dirigidas, especificamente, à população de baixa renda, seguindo a experiência adotada por países como Sri Lanka e Bangladesh” (POCHMAN, 2002, p.130).

Em relação à questão das reais garantias, problemática comum em instituições financeiras tradicionais de todo o mundo, parece essa estar atravessando dificuldades. Procurando uma solução para tal problema das garantias reais foram criados grupos de responsabilidade mútua (modelo que após foi copiado pelo Brasil):

Todo candidato a um empréstimo é encarregado de constituir um grupo com pessoas não aparentadas, mas que tenham a mesma mentalidade e o mesmo *status* socioeconômico. Pedidos de empréstimo individuais devem, então, ser aprovados pelo grupo, que a partir de então se sente moralmente responsável por eles. Em caso de dificuldade, os membros do grupo se ajudam uns aos outros (YUNUS e JOLIS, 2003, p.135).

Tal estratégia de criação de grupos solidários deixa implícito um problema simbólico, que de acordo com Singer (2002) é visto como uma tentativa de desvio do foco estritamente econômico inerente ao capitalismo, baseado nas garantias reais, e visando mais o lado social da relação econômica, na forma da solidariedade e de comprometimento recíproco.

Segundo Abramovay (2004, p.45) o crédito,

exprime, ao mesmo tempo, uma forma de dominação social, mas também é um ativo, um meio do qual dispõe a família na obtenção do que necessita para reproduzir-se. São relações estáveis, previsíveis e que se inserem dentro de um horizonte social relativamente conhecido pelos atores. A tentativa de sua supressão intempestiva pode ser extremamente destrutiva para os que dela dependem: tanto mais quanto maior for sua pobreza.

O microcrédito no Brasil e em outros países da América Latina foi liderado por iniciativas de ONGs, em geral de atuação internacional. Uma das experiências pioneiras e de destaque conhecida mundialmente, aconteceu no Brasil, quando foi feita a implantação da UNO, em 1973, em Pernambuco. Após, vieram às experiências dos Centros de Apoio ao Pequeno Empreendedor – CEAPE, cujas instituições, de modo geral, continuam atuando ativamente, em vários estados brasileiros. (BARONE, et al, 2002).

Na segunda metade da década de 1990, iniciou-se de expansão do microcrédito no Brasil que, de acordo com alguns economistas, acreditam que essa se originou da correlação entre o crescimento e a estabilização econômica, já que nesse período, os governos passaram a favorecer o desenvolvimento de políticas locais, ocasionando o surgimento de Instituições Comunitárias de Crédito (ICCs) com a finalidade de fornecer microcrédito. (PARENTE, 2003).

Após tal fato muitas instituições passaram a agir com a proteção da lei, no caso das organizações sem fins lucrativos (ONGs), desde que adaptadas à Lei 9790, de 1999, obtendo a qualificação de OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Foram criadas também as SCM – Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, por meio da Lei 10.194, do ano de 2001, com a pretensão de atender a investidores privados que se interessavam em financiar atividades produtivas dos empreendedores de baixa renda. (PARENTE, 2003).

## 2.3 Microfinanças

O microcrédito se encaixa no campo das microfinanças e envolve o fornecimento de crédito a clientes não atendidos pelo setor bancário tradicional, abarcando apenas o setor de empréstimos. Já micro finanças segundo Néri (2008) referem-se a uma gama de serviços financeiros diversos, que incluem microcrédito, micropoupanças, microsseguros, crédito imobiliário, além da autorização pelo Banco Central da abertura de postos bancários nas lojas do comércio popular, como em casa lotéricas, padarias.

O objetivo das microfinanças, com destaque para o crédito, a poupança e o seguro, é o de expandir a participação do sistema financeiro nos seus diversos segmentos, contribuindo para aumento da provisão de serviços financeiros de pequena escala para negócios anteriormente à margem do sistema financeiro tradicional. (SOUZA, 2010, p. 67)

O principal produto da indústria de microfinanças é o microcrédito, direcionado às necessidades das atividades produtivas e ao ciclo do negócio. Nos últimos anos, o segmento tem-se preocupado em desenvolver novos produtos de crédito, tanto para a produção quanto para o consumo, e produtos financeiros.

As instituições de microfinanças fornecem serviços financeiros a clientes que foram excluídos do setor bancário formal, buscando servir pessoas que as instituições bancárias tradicionais não consideram valer a pena atender e tendo como principais clientes os microempreendedores.

Este segmento do mercado que exerce atividades econômicas independentes com recursos reduzidos, pela característica informal e geralmente familiar, não estão legalmente constituídas, não dispõem de bens, ou mesmo de salários regulares que atendam às exigências das instituições bancárias tradicionais. (SOUZA, 2010)

Por outro lado a popularidade das microfinanças está no fato de desenvolver produtos e tecnologias que permitam financiar os microempreendimentos de forma sustentável, através de desenvolvimento de tecnologias de sistemas e métodos de gerenciamento de risco que permitem a concessão de empréstimos mesmo com restrições de ativos, sem documentação formal de renda e sem histórico de crédito.

As microfinanças se constituíram em meios de concessão de empréstimos de pequenas quantias, a baixo custo, ao contrário dos bancos onde são excessivamente altos os custos de empréstimos de pequeno valor. ( SOUZA, 2010)

### 2.3.1 Empreendedorismo e informalidade

Ao fazer referência ao trabalho por conta própria e sob a forma de microempresa, segundo Souza (2010), o empreendedor tem a possibilidade de se apropriar de renda assim como e encontrar um meio de sobrevivência, tendo em vista dificuldades relacionadas à dificuldade de reemprego principalmente pelas exigências adicionais quanto à qualificação profissional, educação formal e experiência de trabalho anterior.

Por outro lado, esses empreendedores não encontram estimulados a formalizar sua atividade produtiva, pelas dificuldades burocráticas, carga tributária, e geralmente não encontram contrapartida de benefícios.

“No aspecto do trabalho por conta própria e profissionais autônomos, é possível defender a informalidade como estratégia de sobrevivência em circunstâncias em que o mercado de trabalho não consegue gerar empregos com um mínimo de qualidade em quantidade suficiente e com características adequadas aos seus atributos, dotações e habilidades”. (RAMOS; FERREIRA, 2005).

Os empreendedores nas pequenas empresas dispõem de um mínimo de capital fixo, funcionam em instalações montadas na própria residência, ou sob a forma de comércio ambulante, empregando mão de obra familiar, sem registro legal, que participa da produção sem vínculo empregatício legalizado. Observa-se que não há uma divisão de tarefas e funções, ou seja, todos participam da produção não havendo diferença entre patrão e empregado.

Pelo fato de serem legalizados não participam no sistema de crédito formal e mantêm uma relação mínima com as instituições financeiras, havendo preocupação com sua atividade muito mais em virtude do emprego e do fluxo de renda absoluta gerada do que da busca de uma taxa de rentabilidade competitiva.

Nesse aspecto e em função das novas demandas das organizações sobre o mercado, como iniciativa, autonomia, criatividade e trabalho em equipe, percebe-se que o empreendedorismo tornou-se uma estratégia diretamente relacionada à administração de recursos e mão de obra, através de um processo sistemático para sair da informalidade e fazer parte neste mercado tão competitivo.

Entretanto essa atividade deve ser estruturada de forma a atender à linha de crescimento da organização, com estratégias que sejam efetivamente capazes de tornar a empresa competitiva, com uma equipe técnica de qualidade, e principalmente disponibilidade de recursos financeiros capazes de financiar a linha um produto independente da linha de produção.

Nesse aspecto ao desempenhar esse papel, o pequeno empreendedor busca nas empresas de microcrédito um parceiro importante estratégico, contribuindo para o que a empresa atinja seus objetivos.

A forma de emprego com carteira assinada perde espaço para o trabalho assalariado sem carteira assinada e por conta própria. Segundo Ramos e Ferreira (2005, p. 1),

a informalidade pode ser entendida como ausência de proteção da legislação trabalhista nas relações de trabalho, com os chamados postos de trabalho "não protegidos", assim considerados por não recolherem, ou caso não recolham, os tributos previstos em lei e, portanto, fora do amparo dos benefícios da Previdência Social.

A efetivação de tais processos consolidação do processo de informalidade faz surgir novas formas de participação na produção, entre elas o trabalho por conta própria. (CACCIAMALI, 2000, p. 31-32).

O empreendedorismo bem como a informalidade, surgiram em decorrência das dificuldades econômicas, ganhando impulso com o amadurecimento de políticas de transformações das relações e no mercado de trabalho.

## **2.4 Principais características do microcrédito**

### **2.4.1 Ausência de garantias reais**

Com a finalidade de redução da taxa de risco do crédito surgiu à garantia, instrumento através do qual é garantido ao financiador o ressarcimento do crédito concedido no caso de inadimplência do tomador. No microcrédito usa-se como garantia, normalmente, a fiança, fundo de aval e aval solidário. (BRASIL, 2004)

Entretanto, devido à problemática para a obtenção de um fiador e pela demora da obtenção da garantia por fundo de aval, a que tem se sobressaído, de uma maneira mais rápida e eficiente, é a do Grupo Solidário de Aval, que é formado por um grupo de micro empresários interessados na obtenção de crédito, passando por diversas reuniões, quando são aplicadas dinâmicas a fim de que compreendam a significação do que seja o aval solidário. (BRASIL, 2004)

Assim se uma pessoa do grupo não paga a prestação, os demais membros serão responsáveis e solidariamente pagarão pelo inadimplente. Motivo pela qual é importante que as pessoas do grupo se conheçam e principalmente que discutam a operação de aval solidário antes de assumirem o compromisso. (BRASIL, 2004)

#### 2.4.2 Condições de Crédito

Cada instituição tem seu próprio procedimento, suas regras, mas algumas características são comuns às operações de microcrédito, como o valor médio do empréstimo das instituições brasileiras de microcrédito gira em torno de R\$ 1.000,00 podendo chegar até o limite de R\$ 10 mil. (BARONE, et al, 2002).

A forma de pagamento pode ser diária, semanal, quinzenal ou mensal e o financiamento é de curto prazo de 15 a 90 dias, renovável com valor crescente, iniciando-se com um empréstimo muito pequeno (R\$ 200 a R\$ 500) e à medida que o cliente vai honrando as operações o valor do empréstimo vai aumentando (BARONE, et al, 2002).

O microcrédito é fornecido principalmente para capital de giro. Algumas instituições oferecem empréstimo para capital misto para ampliação do negócio. Apesar do baixo custo de transação existe um alto custo operacional, o que faz pequenos empreendedores desistirem de fazer um empréstimo, principalmente por falta de recursos ou garantias para negociar (BARONE, et al, 2002).

#### 2.4.3 Aspectos Legais

Segundo Alves e Soares (2006) embora a atividade de microcrédito exista no Brasil desde 1973, a lei 9790/1999 marca o início de grandes mudanças no setor, pois

abriu para a ONG de microcrédito a possibilidade de atuar qualificada como Oscip (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), permitindo a ampliação de sua capacidade operativa mediante o acesso a recursos públicos.

O art. 1º da resolução 3.109 do BCB (2003) estabelece em 24 de julho de 2003, pela primeira vez a destinação de parcela dos depósitos à vista para operações de microcrédito ao estabelecer que os bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos comerciais, a Caixa Econômica Federal, bem como as cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários ou micros empreendedores e as cooperativas de crédito de livre admissão de associados.

As condições a serem observadas foram determinadas pela Medida Provisória 122, de 25 de junho de 2003, entre elas que o valor das operações deve corresponder a, no mínimo, 2% (dois por cento) dos saldos dos depósitos à vista captados pela instituição, observado que nos meses de agosto e setembro de 2003 o percentual mínimo é de 1% (um por cento);

A resolução 3.310 do BCB (2005) em 31 de agosto de 2005 revoga a resolução 3.109 do Banco Central, e traz algumas alterações para a realização de operações de microcrédito pelos bancos, o art. 1º da resolução 3.310 do Banco Central estabelece passa a estabelecer que os bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos comerciais e a Caixa Econômica Federal devem manter aplicados em operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) dos saldos dos depósitos à vista captados pela instituição.

Já no art. 3º da mesma resolução 3.310 do BCB (2005) estabeleceu e as condições com que serão realizadas essas operações de microcrédito, como taxa de juros, valor do crédito, o prazo da operação e o valor da taxa de abertura de crédito.

De acordo com Abramovay, Bittencourt e Magalhães (2005) caso as instituições financeiras não apliquem ou repassem para outras instituições os 2% dos depósitos à vista destinados a operações de microcrédito para a população de baixa renda, os bancos devem recolher compulsoriamente os recursos ao Banco Central sem remuneração.

#### 2.4.4 A destinação dos recursos do microcrédito

O Poder Público vem atuando com programas que estão direcionados, diretamente, para aquele que precisa do microcrédito, por meio de bancos oficiais com carteiras especializadas, tais como o programa Crediamigo do Banco do Nordeste, ou através de programas conhecidos como “Bancos do Povo”, que trabalham em sua grande maioria com recursos orçamentários. Há os programas públicos de incentivo oferecidos pelos as fomento a instituições de microcrédito da sociedade civil e da iniciativa privada.

São as chamadas “instituições de segunda linha”, como o Programa de Crédito Produtivo Popular do BNDES e o Programa SEBRAE de Apoio ao Segmento de Microcrédito. (BARONE, et al, 2002)

Essa possibilidade de empréstimo ocorre a partir do Governo que destina ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) e ao Ministério de Integração Nacional (MIN) a responsabilidade do desenvolvimento de políticas para o crescimento das micro e pequenas empresas. (BARONE, et al, 2002). Para essa decisão, de acordo com Lansini (2003, p.28),

...os bancos executam algumas tarefas como a análise do cadastro da empresa, dos sócios e dos avalistas; o enquadramento da operação de acordo com suas linhas de crédito; a definição das garantias sobre o financiamento e negociação com o interessado; a análise de crédito de acordo com o projeto de viabilidade econômica e financeira.

O Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) possui dois tipos de fundos destinados às empresas: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER). Como os Ministérios não podem emprestar esse

dinheiro diretamente aos empresários, passam essa função ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que possui a estrutura necessária para que esse capital chegue às empresas. (BARONE, et al, 2002)

O Banco tem a função de decidir a aprovação ou não, da solicitação de empréstimo, bem como liberar os recursos financeiros para as microempresas e empresas de pequeno porte. (BARONE, et al, 2002)

## **2.5 Instituições que operam com o microcrédito/consignação no Brasil**

### **2.5.1 O Programa SEBRAE de Microcrédito**

O Serviço de apoio a Micro e Pequena empresa - SEBRAE iniciou o seu Programa de Apoio ao Segmento de Microcrédito, em outubro de 2001, como uma instituição de “Segunda linha”, tendo como finalidade apoiar a criação e o fortalecimento de organizações de microcrédito, desde que estas adotem os princípios de independência e auto-sustentabilidade. (SEBRAE, 2001)

O Programa Sebrae de Apoio ao Segmento de Microcrédito visa contribuir para a construção de um amplo e sólido segmento de microfinanças auto-sustentáveis e integradas ao sistema financeiro nacional. (SEBRAE, 2001)

O grande diferencial deste programa é a metodologia, baseada no relacionamento direto do agente de crédito com o microempreendedor no local da sua atividade. O atendimento é personalizado e feito por pessoas treinadas para orientar o tomador sobre a gestão do negócio, as suas necessidades de crédito, a definição do valor do empréstimo necessário para o desenvolvimento sustentável do negócio e as condições do crédito após a avaliação da atividade e da capacidade de

endividamento do empreendedor. Os valores variam de R\$ 200 a 10.000 (SEBRAE, 2001).

O microcrédito no Brasil é oferecido essencialmente por diversas organizações como ONGs (organizações não-governamentais), em sua maioria, OSCIPs, agências de fomento, SCM (Sociedades de Crédito ao Microempreendedor), cooperativas de crédito, além de programas do governo específicos para estes fins, o que torna ainda mais fácil o acesso a esta modalidade de crédito.

O Programa está em linha com a prioridade estratégica da instituição de ampliar a oferta e reduzir os custos do crédito e dos demais serviços financeiros aos micro e pequenos empreendimentos, incluindo os informais. (SEBRAE, 2001)

#### 2.5.2 A Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal (CEF) se preocupa em oportunizar o atendimento às camadas de menor renda e tem atuação no mercado de varejo. A Caixa é responsável pela oportunidade de recursos financeiros e pelo risco das operações e as entidades pela metodologia de microcrédito. (LIMA, 2005)

A CEF tem um projeto de bancarização. Em 2005 a Caixa possuía 2 milhões e 700 mil clientes, tendo em vista que a bancarização visa atender ao público de baixa renda e que em sua maioria já são clientes da instituição. Tal expansão favoreceu o aumento dos correspondentes bancários por todo o país. (LIMA, 2005)

A CEF desenvolveu um projeto chamado Negociar para colocar linhas do correspondente bancário para financiamento a pessoas físicas, para público de

baixa renda atingindo desde o famoso tanto o crédito consignado quanto microcrédito para pequenos empreendedores. (LIMA, 2005).

O Microcrédito CAIXA é uma linha de crédito operacionalizada por meio de Instituição de Microfinanças (IMF) devidamente credenciadas pela CAIXA. Com ele, o cliente pode adquirir equipamentos, matéria-prima, capital de giro e melhora a infra-estrutura do seu negócio com facilidade e sem burocracia.

Segundo dados da Superintendência Nacional da Caixa Econômica Federal, a sua carteira de microcrédito teve uma evolução de aproximadamente 45% até dezembro de 2008, em relação a 2007, para um total de R\$ 3,2 bilhões, com a tendência de crescimento em alta, a partir de um trabalho de captação de clientes, o que certamente reflete nos números.<sup>1</sup>

O programama atende ao segmento de baixa renda e atua nos setores formal ou informal da economia, que com pelo menos um ano de atividade no empreendimento, pode solicitar o seu empréstimo, que deverá ser pago em prestações mensais e sucessivas, calculadas com base no Sistema PRICE.

### 2.5.3 O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB)

O Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob) e o Fundo Garantidor do Sicoob (FGS), entidades não-cooperativas, exercem função importante e complementar no que tange à operacionalização dos processos e à qualidade dos serviços financeiros necessários às atividades do cooperado (SICOOB-BRASIL, 2008)<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> CEF. Disponível em <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/noticias/2009/05/microcredito-avanca-e-sicredi-ja-supera.html>> acesso em 30 de julho de 2012.

<sup>2</sup> SICOOB-BRASIL(2008) [http://www.sicoob.com.br/site/modelo\\_organizacional.load](http://www.sicoob.com.br/site/modelo_organizacional.load) acesso em 27 de julho de 2012.

As atividades realizadas, de modo complementar, pelas cooperativas singulares e centrais, pela confederação, pelo Bancoob e pelo FGS, entidades jurídicas autônomas, visam principalmente atender às necessidades financeiras e à proteção do patrimônio do cooperado, verdadeiro dono e cliente do sistema Sicoob (SICOOB-BRASIL, 2008).

As cooperativas de crédito singulares fazem parte dessa grande organização social, chamada de Sistema Sicoob. São instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras (SICOOB-BRASIL, 2008).

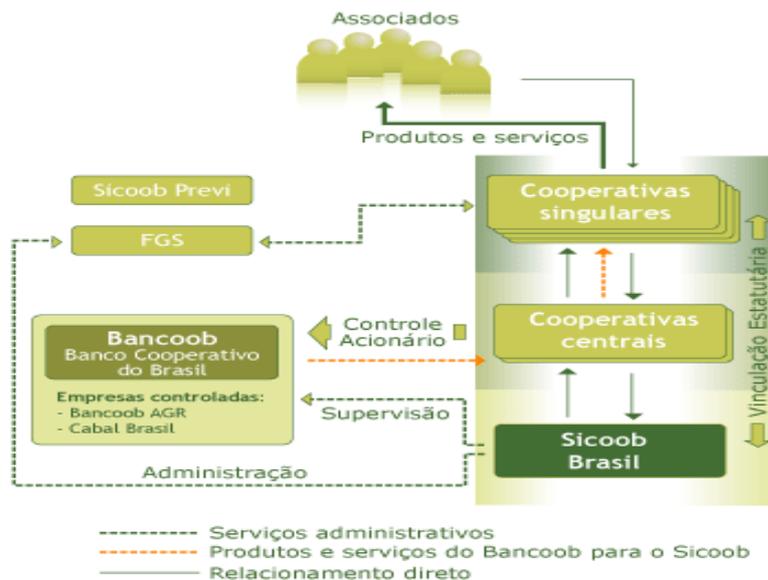


Fig. 1- Modelo organizacional do Sicoob  
 Fonte: Sicoob-Brasil (2008)

O modelo mais simples de funcionamento de uma cooperativa singular consiste em, apenas, captar cotas de capital, revertendo-as em empréstimos aos associados. Esse modelo operacional não oferece serviços semelhantes à rede bancária, tais como contas-correntes, aplicações financeiras, entre outros.

Contudo, a maior parte das cooperativas singulares que compõe o Sicoob capta depósitos à vista e a prazo, permitindo-lhes aumento significativo da capacidade de concessão de crédito. Essa iniciativa tem possibilitado o incremento das sobras apuradas e a variedade da oferta de serviços aos associados, atualmente equiparada aos bancos de varejo. (SICOOB-BRASIL, 2008).

Ao cuidar dos problemas de crédito dos associados, oferecendo produtos e serviços de qualidade, as cooperativas singulares não somente satisfazem aos proprietários, como também contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico-financeiro das comunidades por elas atendidas. (SICOOB-BRASIL, 2008).

### 3. METODOLOGIA

A escolha da abordagem qualitativa teve como objetivo conhecer particularidades dos fatos, como estes ocorreram e suas influências no processo decisório e na trajetória do programa de microcrédito, a partir do ponto de vista de autores que descreveram essa modalidade de crédito.

Quanto à abordagem essa pesquisa é descritiva que segundo Gil (2002) tem como foco principal a descrição de uma população ou fato ou ainda a relação entre alternativas.

Trata-se de uma pesquisa exploratória com vistas a aproximar o pesquisador do tema estudado; constitui-se em uma ferramenta que visa criar maior familiaridade entre o tema e o fenômeno investigado, com o objetivo de proporcionar uma ampla visão desse fenômeno. (GIL, 2002).

A pesquisa exploratória para Santos (1999) vem da necessidade de explorar para criar uma aproximação, uma familiaridade em relação ao fato ou fenômeno, sendo realizada através de levantamento bibliográfico, entrevistas com profissionais da área e visitas, entre outros.

O estudo está baseado na bibliografia pertinente ao tema, realizada com objetivo de apresentar alguns aspectos sobre o que já foi escrito sobre o assunto, objetivando a possibilidade de obter conclusões inovadoras.

Quanto aos procedimentos técnicos esta pesquisa é uma pesquisa de levantamento biográfico, documental. Para Gil (2006, p. 45), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de vários fenômenos de forma muito mais ampla”.

Nessa pesquisa bibliográfica, foram introduzidos conceitos de microfinanças como um todo, além da importância do empreendedorismo em geral e do social, as ações inovadoras para o sucesso dos negócios, entre outras, com destaque para o Programa Crediamigo do BNB sobre a metodologia empregada para a concessão de crédito, pesquisados em materiais já publicados, constituídos principalmente de livros, impressos, artigos, teses e dissertações.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS

O público-alvo do microcrédito, em geral, tem uma característica comum: a falta de acesso aos sistemas tradicionais de crédito. Segundo Parente (2002), um exemplo para ilustrar a população que se sente excluída desse sistema é representado abaixo através da comparação de três grupos da sociedade: 1º grupo: os que têm cartão de crédito; 2º grupo: os que não têm cartão de crédito, mas gostariam de ter; 3º grupo: os que nunca ouviram falar de cartão de crédito.

O segundo grupo apesar de ter os mesmos padrões de consumo do primeiro, não conseguiu atender as exigências das empresas operadoras de cartão de crédito. Por esta razão ele se sente mais frustrado e, até mesmo, mais excluído do que o terceiro grupo (aqueles que nunca ouviram falar em cartão de crédito). Ou seja: se o cidadão nunca ouviu falar em cartão de crédito, não se sente excluído por não possuir um. (SEN, 1995).

O indicador de baixa renda é utilizado como uma segunda característica do público-alvo do microcrédito. Segundo Sen (1995), a renda é suficiente se, com ela, a pessoa pode criar as condições (capacidades) para ocupar uma posição dentro do modo de produção em que vive.

Segundo Giddens (1996), entre 60% e 80% das pessoas no mundo trabalham no segmento informal da economia. O público-alvo do microcrédito é exatamente esse segmento. São pequenos empreendedores, proprietários de microempresas com cerca de até cinco empregados, inclusive agricultores familiares e trabalhadores autônomos, a grande maioria com baixa renda, péssimas condições de trabalho, baixo nível educacional e falta de proteção social.

O mais interessante é que, com todas essas dificuldades, este segmento micro empresarial tem-se mostrado dinâmico e capaz de se reproduzir, gerar trabalho e renda para as famílias e competir em certos nichos de mercado. Mais ainda: nas crises econômicas, funciona como um colchão amortecedor, mesmo sem o amparo de políticas governamentais (PARENTE, 2002).

#### **4.1 CREDIAMIGO: Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste**

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como Microempreendedor Individual, Empresário Individual, Autônomo ou Sociedade Empresária).

O Crediamigo faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população com pouco ou nenhum recurso financeiro para ações de empreendedorismo.

O Programa atua de maneira rápida e sem burocracia na concessão de créditos em grupo solidário ou individual. Grupo solidário consiste na união voluntária e espontânea de pessoas interessadas em obter o crédito, assumindo a responsabilidade conjunta no pagamento das prestações.

A metodologia do aval solidário consolidou o Crediamigo como o maior programa de microcrédito do país, possibilitando o acesso ao crédito a empreendedores que não tinham acesso ao sistema financeiro.

Associado ao crédito, o Crediamigo oferece aos empreendedores acompanhamento e orientação para melhor aplicação do recurso, a fim de integrá-los de maneira competitiva ao mercado. Além disso, o Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste abre conta corrente para seus clientes, sem cobrar taxa de abertura e manutenção de conta, com o objetivo de facilitar o recebimento e movimentação do crédito.

Com relação à documentação para o cadastro basta somente CPF, Documento de Identificação com foto e Comprovante de Residência atual, sendo um atendimento personalizado, feito no próprio local do empreendimento.

Após o cadastro o empréstimo é liberado de uma só vez em no máximo sete dias úteis após a solicitação, com valores que variam de R\$ 100,00 a 6.000,00, de acordo com a necessidade e o porte do negócio, havendo a possibilidade de renovação até R\$ 15.000,00, dependendo da capacidade de pagamento e estrutura do negócio, permanecendo esse valor como endividamento máximo do cliente.

Na operacionalização do Programa adota-se a metodologia de microcrédito produtivo orientado, que consiste no atendimento, por pessoas treinadas, aos empreendedores formais ou informais, com o fim de efetuar o levantamento sócio-econômico para definição das necessidades de crédito; no relacionamento direto dos assessores com os empreendedores, no próprio local de trabalho; e na prestação de serviços de orientação sobre o planejamento do negócio.

Conforme gráficos apresentados (Anexo 1), em 2011 foram desembolsados R\$ 794,2 milhões, distribuídos em 824,7 mil microempréstimos. Se for considerado o tempo da atual gestão, iniciada em janeiro de 2003, estes números sobem para R\$ 2,7 bilhões e 3 milhões de empréstimos. Isto representa 4 milhões de operações de microcrédito, contratados em 10 anos em atuação, com atendimento de cerca de 766,5 mil clientes.

Através de um atendimento diferenciado, até então, dispensado aos grandes clientes, viabilizando a implantação de uma cultura educativa, com noções de gestão, contabilidade, princípios de solidariedade, educação financeira. O produto ofertado não é simplesmente o crédito, mas o desenvolvimento. Um dos gestores entrevistados considera essa metodologia compatível com a missão institucional do BNB, voltada ao desenvolvimento da região.

#### **4.2 Objetivos sociais e de sustentabilidade**

A missão definida para nortear a política de microcrédito do BNB, qual seja, "contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial, mediante oferta de serviços financeiros de forma sustentável, oportuna e de fácil acesso, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda" (BNB, 1999), traduz a razão de ser do Programa Crediamigo, desenhada para atender objetivos sociais e de sustentabilidade.

No aspecto social, o Programa Crediamigo tem por objetivo gerar trabalho e renda e viabilizar o crescimento da atividade produtiva através do acesso ao crédito e inclusão bancária, ou seja, objetivando que os microempreendedores que se beneficiam do Crediamigo cresçam e se fortaleçam, para, no futuro, tomarem-se clientes de outras linhas de financiamento do Banco do Nordeste.

Tem um modelo não-assistencialista, para atender a um público específico, objetivando a ascensão na renda, melhoria de vida e ampliação da atividade produtiva, fruto do esforço e capacidade pessoal que estes possuem para se desenvolverem a partir do acesso ao crédito.

Permite o acesso dos produtores ao crédito, graças à metodologia de aval solidário, em que três a dez microempresários formam um grupo que se responsabiliza pelo

pagamento integral dos empréstimos. A falta de capacidade do empreendedor de baixa renda de oferecer garantias e colaterais físicos, que o impede de tomar crédito convencionalmente, é compensada por esse compromisso coletivo.

O Crediamigo oferece um serviço que atende seus clientes no próprio local em que eles desenvolvem seu negócio. O crédito é liberado em até sete dias úteis. Os primeiros empréstimos variam de R\$ 100 a R\$ 2.000. Os que envolvem capital de giro com aval solidário são os mais utilizados, comportando 88% dos clientes ativos do Programa.

A metodologia adaptada pelo BNB para o contexto local possui um processo que pode em três etapas: pré-venda, onde é feita a identificação de potenciais clientes e possíveis parceiros locais; captação de clientes, mesmo que sem tradição na tomada de empréstimos, sem acesso ao mercado de crédito oficial.

O crédito é calculado de acordo com a necessidade de cada atividade, sendo condizente com a capacidade de pagamento de cada integrante do grupo; e por fim o pós-venda administração de crédito, compreendendo o acompanhamento do crédito, orientação empresarial em campo e através de capacitação em parcerias com entidades do ramo.

Outro aspecto de destaque na metodologia é o princípio do aval solidário como forma de suprir a falta de garantia em contrapartida ao crédito, fomentando a solidariedade e o compromisso da palavra. De fato, a solidariedade, presente desde o início do projeto Crediamigo, é o diferencial da tecnologia de microcrédito, considerando que o grande ativo dos pobres é a confiança mútua entre os pares, ou seja, a garantia do grupo solidário substitui a garantia real, impossibilitada pela falta de recursos do microempreendedores. (SOUZA, 2010)

## 5. CONCLUSÕES

A construção do quadro característico dos aspectos do empréstimo da modalidade microcrédito partiu do interesse e dada sua importância para mudanças efetivas na organização econômica e social de comunidades.

As facilidades na contratação trouxeram a popularização do empréstimo consignado e possibilitou o acesso fácil ao crédito a grande parte da população. O desconto das parcelas do empréstimo é debitado diretamente do benefício do contratante, sendo o grande atrativo a facilidade na contratação e as taxas de juros menores em comparação com as modalidades tradicionais de crédito ofertadas no mercado.

O estudo evidenciou que os microempreendedores encontram no microcrédito uma alternativa interessante já que as taxas de juros desse tipo de crédito são bem mais baixas do que as encontradas nas instituições financeiras tradicionais, o que certamente acaba comprometendo os recursos da microempresa.

O empréstimo na modalidade do microcrédito também é uma forma de financiar o empreendimento principalmente para aqueles que não têm outra fonte de recursos, tendo em vista que esse tipo de empréstimo não onera o caixa da empresa, já que a contratação é de forma consciente e orientada, de acordo com a capacidade financeira do empreendedor e da empresa.

Com relação aos Crediamigo, os dados coletados até maio de 2012, mostram que o programa está em franca evolução com pelo fato de oferecer serviços financeiros e assessoria empresarial, utilizando metodologia de concessão do crédito baseada no aval solidário, contribuindo para o desenvolvimento do setor microempresarial, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda, de forma sustentável, oportuna, adequada e de fácil acesso.

Há muito espaço ainda para outros estudos de casos dos programas existentes no país, de forma a tornar possível uma avaliação do impacto real desses programas nas comunidades onde eles têm sido aplicados.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo.(org.) **Laços financeiros na luta contra pobreza**. São Paulo: Annablume, 2004. Disponível em [http://books.google.com.br/books\(...\)>](http://books.google.com.br/books(...)>) acesso em 27 de junho de 2012.

ALVES, S. D. da S; SOARES, M. M. **Democratização do crédito no Brasil e atuação do Banco Central**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003.

**BANCO CRUZEIRO DO SUL**.(2008) Disponível em <[http://www.mzweb.com.br/cruzeirodosul/.../conteudo\\_pt.asp?>](http://www.mzweb.com.br/cruzeirodosul/.../conteudo_pt.asp?>), acesso em 5 de julho de 2012.

**BANCO BMG Empréstimo**. (2008). Disponível em <[http:// www.emprestimoconsignado.consignado.com.br/emprestimos.../ emprestimo-banco-bmg>](http://www.emprestimoconsignado.consignado.com.br/emprestimos.../emprestimo-banco-bmg>), acesso em 10 de julho de 2012.

BARONE, F. M. et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BRASIL. **Roteiro Técnico sobre empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS**.(2004). Disponível em <[http://www.procon.rn.gov.br/Roteiro\\_emprestimo.pdf](http://www.procon.rn.gov.br/Roteiro_emprestimo.pdf)>, acesso em 25 de junho de 2012.

BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Microcrédito** – Bases Teóricas de discussão, Auto-Sustentabilidade e Políticas Públicas In: III SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, Goiânia: 2004.

CACCIAMALI, Maria C. A informalidade na América Latina contemporânea: Argentina, Brasil e México. (2000). In: SOUZA, Maria C. Garcia F. O desenho do Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste: inclusão social e mercado. Fortaleza: BNB, 2010.

SOUZA, Maria C. Garcia F. O desenho do Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste: inclusão social e mercado. Fortaleza: BNB, 2010.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GIDE, C. **Cooperativismo**. Sindicato e Organização das Cooperativas rasileiras no Estado de Goiás, 1985.

NERI, Marcelo (org.) **Microcrédito, o mistério nordestino e Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo**. Rio d Janeiro: FGV, 2008.

NICHTER, S; **Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro**. PDI/BNDES, 2002.

PARENTE, S. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002. Coleção Prazer em Conhecer.

PARENTE, S. **O mercado financeiro e a população de baixa renda**. Brasília, CEPAL, Convênio CEPAL/DFID, mar/LC/BRS/R.136. In: II Seminário do Banco Central do Brasil sobre Microfinanças, Fortaleza, nov/2003

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. **Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil: 1991-2003**. (2005) In: SOUZA, Maria C. Garcia F. O desenho do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste: inclusão social e mercado. Fortaleza: BNB, 2010.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política, quem manda, porque manda, como manda**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SANTOS, O. C. **Tecnologia Microcreditícia: o processo metodológico da Instituição Comunitária de Crédito de Itabuna**. Ilhéus: 1999.

SEBRAE. **Fundamentos Básicos de Microcrédito** - Programa SEBRAE de Apoio ao segmento de Microcrédito. [s.l], [s.n], 2001.

SEN, Amartya. Desenvolvimento com liberdade. (2000) In: SOUZA, Maria C. Garcia F. O desenho do Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste: inclusão social e mercado. Fortaleza: BNB, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura, 1961.

SINGER, Paul. **Para entender o Mundo Financeiro**. (2002). In: CARMO, Marcio Lima do. O microcrédito como tentativa de democratização do acesso ao crédito, no contexto da economia popular e solidária: um estudo de caso comparativo com o Vivacred/Rocinha. Disponível em [http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/\(...\)](http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/(...))> acesso em 25 de julho de 2012.

POCHMANN, Marcio. A Década dos Mitos: um modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. (2001) In: CARMO, Marcio Lima do. O microcrédito como tentativa de democratização do acesso ao crédito, no contexto da economia popular e solidária: um estudo de caso comparativo com o Vivacred/Rocinha. Disponível em [http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/\(...\)](http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/(...))> acesso em 25 de julho de 2012.

YUNNUS, M. & JOLIS, A. **O Banheiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países.** São Paulo: Ática, 2003.

YUNUS, M. **O que é o microcrédito.** Grameen: Banking for the Poor, 2003.

## ANEXOS

## Anexo 1 - Resultados do CrediAmigo janeiro a maio 2012.

